

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 02/01/2015

jornal do  commercio

Paulo prega “pacto” na posse

GOVERNO No primeiro discurso como governador, Paulo Câmara fala da necessidade de um ambiente de cooperação para o País

O novo governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), ao tomar posse, ontem, fez uma conclamação para a construção de “um novo pacto” para superar o momento difícil que passa o País. Esse foi o tom dado pelo governador nos discursos tanto na cerimônia na Assembleia Legislativa quanto na transmissão do cargo, no Palácio do Campo das Princesas. Segundo ele, é preciso trocar o “ambiente de acerto de contas” pelo “ambiente de cooperação” em benefício da nação, sem que isso corresponda a um adesismo ou à capitulação de princípios ideológicos e pessoais. As cerimônias de posse e transmissão do cargo foram marcadas pela discrição, pelas homenagens a Eduardo Campos e Miguel Arraes e atraiu um pequeno público às ruas centrais do Recife para acompanhá-las. A família Campos foi convidada de honra das solenidades.

O novo governador usou o tom conciliador em seu principal discurso, na Assembleia. Paulo afirmou que está disposto a contribuir – assim como todas as pessoas “de boa vontade, segundo disse – no esforço de superação das divergências e abertura de diálogo nacional, para que “seja construído um pacto político, econômico e social” que permita o Brasil vencer a crise sem traumas econômicos e sociais, recuando a inflação e voltando a crescer. “É a voz da política com o pé maiúsculo. Nunca o País necessitou tanto da política quanto agora. É a urgência do diálogo”, alertou.

Paulo ressaltou que o diálogo nacional, porém, deve ser conduzido com “franqueza e lealdade” para que assegure também a democratização das relações políticas. O governador observou que a proposta de pacto tinha sido defendido pelo ex-governador Eduardo Campos (PSB) na campanha presidencial, mas que considera ter ganhado mais urgência com o baixo crescimento, a persistência inflacionária e o desequilíbrio fiscal e das contas públicas em 2014.

O momento mais aclamado do discurso foi a convocação ao diálogo, juntamente com as citações a Miguel Arraes e Eduardo Campos – instante em que embargou a voz – como influências na formação política e de gestor e às presenças de Renata Campos e filhos.

Diante do ex-governador Joaquim Francisco, do senador eleito Fernando Bezerra Coelho (PSB), do prefeito Geraldo Julio (PSB), o presidente do TJPE, Frederico Neves, e deputados estaduais e federais da atual e próxima legislaturas, Paulo prometeu governar com “diálogo e coesão política”, mas uma gestão com equilíbrio fiscal, eficiência e agilidade.

Alinhou, como compromissos, dar uma visão de longo prazo ao Estado, com investimentos para consolidar o desenvolvimento do Complexo de Suape, o Porto Digital e o polo de hemoderivados, e anunciou, em dez anos, criar um polo de educação e conhecimento automotivo “de referência mundial”. Afirmou, ainda, que vai executar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Pernambuco 2035 e ajustar o Estado ao planejamento regional e que valorizará os servidores públicos dentro do programa de crescimento.

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: 4	Data: 01/01/2015



Cerimônia começará na Assembleia Legislativa, às 15h

Percurso a pé até o Palácio do Governo

■ **INTENÇÃO** do novo governador é realizar um ato discreto, em respeito a Eduardo Campos, morto em agosto

Continuação da página 3

Em respeito à morte do ex-líder do PSB Eduardo Campos, o governador eleito, Paulo Câmara (PSB), tomará posse em ato simples, ao lado do seu vice Raul Henry (PMDB). A solenidade terá início às 15h, na Assembleia Legislativa. De acordo com o protocolo, o futuro chefe do Executivo estadual entregará a declaração de bens, assinará termo de com-

> Roteiro da posse



promisso com as Constituições do Brasil e Pernambuco e tomará posse. Em seguida, o presidente da Casa de Joaquim Nabuco, Guilherme Uchoa (PDT), discursará e, em seguida, Paulo Câmara fará o seu primeiro pronunciamento oficial como governador. A cerimônia deve durar em torno de uma hora. Um telão será instalado para que o público assista o ato.

Em seguida, o governador e seu vice, Raul Henry (PMDB), seguirão a pé pela rua da Aurora, ponte Princesa Isabel até o Palácio do Campo das Princesas, onde o governador João Lyra Neto (PSB) transmitirá o cargo ao sucessor. O socialista dispensou o tradicional Lincoln Continental 1933, utilizando por outros gestores. Ao chegar ao local, Paulo Câmara fará a revista da tropa da Polícia Militar e fará visita ao Pa-

Folha resume

O cerimonial do Governo já organizou tudo para a posse de Paulo Câmara, na tarde de hoje. O socialista fará o juramento na Assembleia Legislativa, seguirá para o Palácio do Campo das Princesas e receberá o cargo de João Lyra Neto. Nos dois momentos, o novo governador fará discursos.

lácio, acompanhado por João Lyra Neto. Após conversa no gabinete, ambos irão para a entrada do Palácio do Campo das Princesas, onde será realizado o ato de posse.

Uma mesa composta por autoridades e ex-governadores será formada no palco para acompanhar a cerimônia. Confirmaram presença os presidentes do Tribunal de Contas

do Estado (TCE), Valdecir Pascoal; do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves; do Tribunal Regional Eleitoral, Fausto Campo, e o procurador-geral do Ministério Público de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon.

A chefe do cerimonial, Ângela Mota, lerá o termo de transmissão do cargo. Em seguida, Paulo Câmara levará João Lyra Neto até o carro e voltará para o palco, onde discursará. Não há previsão de discurso de João

> Perfil



• **Nome**
Paulo Henrique Saraiva Câmara

• **Data de Nascimento**
08/08/1972

• **Estado Civil**
Casado

• **Grau de Instrução**
Economista

• **Partido**
Partido Socialista Brasileiro

• **Cargos executivos**
Secretário de Administração, de Turismo e da Fazenda

Lyra Neto. Após o encerramento do ato, Paulo Câmara seguirá para o jardim do Palácio das Princesas, onde receberá os cumprimentos dos convidados.

COMUNICADO

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: b3	Data: 02/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ALLAN TORRES DP/D.A PRESS



O juramento de Paulo durante posse na Assembleia

Participação popular tímida

SÁVIO GABRIEL
THIAGO NEUENSCHWANDER
politica.pe@dabr.com.br

Nomes do cenário político pernambucano, autoridades e familiares acompanharam a cerimônia de posse do governador Paulo Câmara. Além deles, alguns cidadãos anônimos, de diversos bairros da Região Metropolitana e de outras regiões do estado, também aproveitaram o feriado de ontem para prestigiar o herdeiro político do ex-governador Eduardo Campos, falecido em agosto, assumir a chefia do Executivo estadual. Diferentemente do que se observou nas duas cerimônias de posse de Campos, a participação popular ontem foi tímida, tanto na Assembleia Legislativa quanto no Palácio do Campo das Princesas.

Pouco antes do início da solenidade, às 15h, as cadeiras instaladas do lado externo da Assembleia (onde havia um telão para que a população acompanhasse a cerimônia) estavam praticamente vazias. Câmara chegou à Casa de Joaquim Nabuco pontualmente às 15h, acompanhado de algumas lideranças, como o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), e o vice-governador Raul Henry (PMDB). O plenário da Casa foi ocupado por aliados, como deputados estaduais e deputados federais eleitos, além dos secretários. A primeira-dama Ana Luiza Câmara e as filhas do casal, Clara e Helena, também o acompanharam. Estavam presentes também a viúva do ex-governador Eduardo Campos, Renata Campos, e os filhos.

Ao fim da cerimônia, o socialista deixou a Assembleia pelo portão da Rua da Aurora, onde poucos curiosos o esperavam e seguiu a pé até o Palácio do Campo das Princesas. Antes da chegada de Paulo ao Palácio, pouco menos de 50 pessoas estavam sentadas nas 600 cadeiras instaladas pelo cerimonial. Com a chegada da comitiva, o número de pessoas presentes aumentou. Entre as autoridades que acompanharam a assinatura do Termo de Transmissão do Cargo, que ocorreu em frente ao palácio, estavam os ex-governadores Roberto Magalhães e Mendonça Filho, ambos do DEM, e Jarbas Vasconcelos (PMDB).

Sentada na primeira fileira de cadeiras, ao lado da primeira-dama do Recife, Cristina Mello, Renata Campos chamou a atenção do público presente, que fez questão de fotografá-la. Simpática, acenou para a população, desejando feliz ano novo. Também estiveram presentes à cerimônia o presidente do Tribunal de Contas, Valdecir Pascoal, e o procurador-geral de Justiça, Aguinaldo Fenelon.

Assunto: Transgêneros ganham ala especial em presídio	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção/Repórter:
Página: a6	Data: 02/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

FOTOS: TERESA MAIA/DP/DA.PRESS



O ingresso ao pavilhão é voluntário e para quem deseja estar fora do convívio dos outros presos da unidade

Transgêneros ganham ala especial em presídio

Espaço Sem Preconceitos funciona na unidade de Igarassu e foi criada para combater a violência por parte de outros detentos

REBECA SILVA
rebecasilva.pe@dabr.com.br

“**N**a minha cela tinha 13 homens. Não me deixavam comer ou beber. Me acordavam com bucha quente nos pés. Me queimavam com plásticos. Meu braço ficou muito ferido. Me batiam, colocavam sacos na minha cabeça. Não podia avisar aos agentes porque não me deixavam nem chegar perto das grades”. O relato é de Felipe de Lima, 26 anos, preso por assalto há um ano. Ao todo, foram três dias de terror dentro de um dos quartos de castigo do Presídio de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife (RMR). O motivo da violência? A orientação sexual de Felipe.

A história de quem quase perdeu a vida e ainda sofre as consequências psicológicas e físicas dessa violência, como uma lesão no rim, retrata o universo de discriminação aos gays, transexuais e travestis presos no estado. O caso de Felipe chocou os defensores de direitos humanos e culminou na criação do espaço Sem Preconceitos, no pavilhão E do Presídio de



Comunidade é vítima de violência psicológica, problemas de saúde e agressões físicas. Tortura sofrida por Felipe de Lima (E) motivou implantação do projeto que atende 18 presos

“

O grupo diz ser invisível. Para ele, os direitos humanos são voz apenas para os heterossexuais”

André Guedes,
coordenador pedagógico

pulação oito vezes maior que o recomendado. Áreas semelhantes a essa também existem no Complexo do Curado, antigo Aníbal Bruno, e na Penitenciária Agroindustrial São João, na Ilha de Itamaracá.

Segundo o promotor da Vara de Execuções Penais do Ministério Público de Per-

nheiro”, lembrou.

O Grupo de Trabalho e Prevenção Positiva (GTP+) identificou que a violência psicológica, seguida dos problemas de saúde, são as principais queixas dos transgêneros no Presídio de Igarassu. As agressões físicas aparecem como a terceira demanda.

“O grupo diz ser invisível.

Igarassu. O lugar é destinado especificamente para esses gêneros. Limpo e ventilado, é repleto de frases contra a homofobia e as oito celas, sete com duas pessoas e uma com quatro, foram decoradas com desenhos como corações e flores.

De acordo com o diretor do presídio, coronel Benício Caetano, o ingresso ao pavilhão é voluntário e para quem deseja estar fora do convívio com os cerca de 3,5 mil detentos da unidade, po-

nambuco, Marco Aurélio Farias, a iniciativa minimiza os crimes sexuais e a exploração do trabalho não remunerado dessas pessoas por parte dos demais presos. "Eles são obrigados a limpar as celas, lavar roupas e cozinhar", ressalta o promotor. A travesti Juliana Matarazzo, 22, presa há sete meses por tráfico de drogas, pediu para ficar no espaço. "Um dia, acordei com o rosto cheio de esperma e ainda queriam me obrigar a fazer sexo no ba-

Para ele, os direitos humanos são voz apenas para os heterossexuais", diz o coordenador pedagógico André Guedes. "Estamos fazendo um trabalho, chamado Projeto Fortalecer, para superar preconceitos. Queremos que o presídio não seja visto somente como punição, mas também como espaço socioeducativo", acrescenta Guedes. O grupo atua desde o início do ano no Presídio de Igarassu, mas já acompanhou os reeducandos do Complexo do Curado.

assista



Confira vídeo sobre a situação vivida pelos transgêneros no presídio



Fotografe o QR Code ao lado com o software leitor do seu celular

Assunto: João Lyra passa o cargo de governador para Paulo Câmara	
Veículo: Social1	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



João Lyra passa o cargo de governador para Paulo Câmara



Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Com discurso de gratidão a Campos, Paulo Câmara ressalta gestão de continuidade e visão estratégica do governo



Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Leia a íntegra do discurso de posse de Paulo Câmara



Pronunciamento do Governador Paulo Câmara, na solenidade de posse na Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 1º de janeiro de 2015

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog de Magno Martins	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Câmara: “Não vamos desistir de Pernambuco”



Foto: André Nery/Folha de Pernambuco

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog de Magno Martins	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Paulo Câmara e Raul Henry fazem juramento



Foto: Carol Brito/Folha de Pernambuco

Assunto: Paulo Câmara chega à Alepe e sessão tem início	
Veículo: Blog de Magno Martins	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Paulo Câmara chega à Alepe e sessão tem início

O governador eleito Paulo Câmara e a comitiva acabaram de chegar à Assembleia Legislativa de Pernambuco. A cerimônia já começou, com o presidente da Casa, Guilherme Uchoa (PDT), abrindo a sessão.

O pedetista convidou o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, e os deputados Sebastião Oliveira, João Fernando Coutinho, Waldemar Borges e Augusto César para conduzir Paulo Câmara até a Mesa.

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog da Folha	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Câmara: “Não vamos desistir de Pernambuco”



(Foto: André Nery/Folha de Pernambuco)

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog da Folha	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Unidade política para superar desafios



(Foto: André Nery/Folha de Pernambuco)

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: Blog da Folha	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



[*Paulo e Raul Henry fazem juramento*](#)



Assunto: TJPE lança concurso público com 50 vagas para juiz substituto	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Oportunidade »

TJPE lança concurso público com 50 vagas para juiz substituto

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lança concurso para juízes substitutos. De 19 de janeiro a 19 de fevereiro de 2015, candidatos poderão efetuar inscrição para concorrer às 50 vagas ofertadas no certame. Haverá, ainda, formação de cadastro de reserva para provimento de vagas que possam surgir no prazo de validade do concurso. O edital foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico do último dia 19 e está disponível no site: www.tjpe.jus.br.

Para participar da seleção, os interessados deverão acessar, durante o prazo determinado para as inscrições, o site da Fundação Carlos Chagas (FCC), organizadora do concurso, em www.concursosfcc.com.br. A taxa de inscrição custa R\$ 193,83.

O concurso para juiz substituto do TJPE foi lançado devido à carência de magistrados no Estado, tendo sido um dos compromissos assumidos pelo atual presidente da Corte Estadual, desembargador Frederico Neves, quando da sua posse, em fevereiro de 2014. Atualmente, há 200 cargos vagos no Estado.

Em virtude da situação orçamentária do Poder Judiciário do Estado, a seleção prevê o suprimento de 50 vagas. O certame tem validade de dois anos, prorrogável por igual período, a critério da Corte Especial do Tribunal de Justiça.

Segundo a presidente da Comissão do Concurso, desembargadora Daisy de Andrade Costa Pereira, a expectativa é de que as provas orais terminem no dia 20 dezembro e o resultado final seja publicado em janeiro de 2016. "O concurso vai ajudar a reduzir a carência de magistrados e melhorar a prestação jurisdicional no Estado. Apesar da oferta de 50 vagas, outros candidatos poderão ser convocados durante a vigência do concurso", explicou.

Também integram a comissão os desembargadores Alexandre Guedes Alcoforado Assunção e Mauro Alencar de Barros e a advogada Adriana Rocha de Holanda Coutinho, representando a Ordem dos Advogados do Brasil.

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Assunto: TJPE determina afastamento de prefeita por prática de nepotismo	
Veículo: G1PE	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



TJPE determina afastamento de prefeita por prática de nepotismo

Ação foi ajuizada pelo MPPE contra prefeita de São José da Coroa Grande.
13 secretários municipais e servidores também serão afastados dos cargos.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou o afastamento imediato da prefeita de São José da Coroa Grande, Elianai Buarque Gomes, e de seis secretários municipais, além de outros servidores não concursados, pela prática ilícita de nepotismo, que é a contratação de parentes no serviço público. Entre os envolvidos, estão o marido, a filha, genro e sobrinhos da prefeita. A decisão foi tomada na última segunda-feira (22) em resposta a uma Ação Civil Pública ingressada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O cargo de chefe do Executivo deverá ser ocupado pela vice-prefeita, Eliete Maria.

Na ação, o promotor alega que a prefeita “tornou a coisa pública praticamente um negócio de família, o que se afigura inadmissível perante o estado Democrático de Direito que vigora no País”.

De acordo com a ação, de autoria do de Justiça Marcelo Greenhalgh, 13 pessoas com grau de parentesco de até 3º grau com a prefeita de São José da Coroa Grande estavam ocupando indevidamente cargos e funções no município. Também havia uma pessoa ligada ao secretário de Obras, Fernando Rosa.

Os seis secretários municipais alvos da investigação são o de Governo, João Marcolino Gomes Júnior (marido da prefeita); do Meio Ambiente, André Dahoui (casado ou convivente em união estável com a sobrinha da prefeita); do Município, Cristiano José Ximenes (genro da prefeita); de Turismo, Thomaz Dantas Buarque Pinheiro (sobrinho da prefeita); de Assistência Social e presidente do Conselho Municipal de Direitos, Wagner Germiniano (genro do irmão da prefeita); e da Juventude, Sahra Buarque Gomes (filha da prefeita).

Há ainda o gestor da Previdência Municipal, Luiz Antônio Trigueiro da Costa (casado com a sobrinha da prefeita); a servidora do município não concursada Norma Nascimento Buarque (irmã da prefeita); médica do município não concursada Paloma Buarque Gomes (filha da prefeita); coordenadora do Programa de Saúde da Família, Lívia Renata Rodrigues Alves (companheira do secretário de obras Fernando Rosa); diretora de unidade Raíssa Alessandra Buarque Pessoa (sobrinha da prefeita); servidora da prefeitura não concursada Luziara Reis Buarque (cunhada da prefeita); e o agente de combate às endemias Bekson Bosco Santos de Melo (sobrinho da prefeita).

Na decisão, o juiz Sander Fítney Brandão de Menezes Correia disse que não achava "razoável" João Marcolino, marido da prefeita, ocupar o cargo de secretário sem violar diversos princípios constitucionais, como o da moralidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e isonomia. Marcolino deixou de concorrer às eleições por força da lei Ficha Limpa.

O promotor ainda destacou na ação que a causa principal para requerer o afastamento da prefeita foi o nepotismo, no entanto, apontou que havia diversos indícios de irregularidades e desvios de verba pública extremamente graves. Atendendo ao pedido da promotoria, o juiz determinou a realização de uma auditoria especial imediata pelo Tribunal de Contas do Estado na Prefeitura.

Assunto: Suspensa liminar que determinava afastamento da prefeita de São José	
Veículo: GIPE	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Suspensa liminar que determinava afastamento da prefeita de São José

Desembargador alega que afastar "implica a cassação da vontade popular".

Os 13 parentes de Elianai Buarque Gomes vão continuar fora da prefeitura.

Foi suspensa, na tarde desta terça-feira (23), a liminar que determinava o afastamento de Elianai Buarque Gomes do cargo de prefeita de **São José da Coroa Grande**, no Litoral Sul de Pernambuco. A prefeita é acusada de prática ilícita de nepotismo, ou seja, contratação de parentes no serviço público.

A decisão de afastar a prefeita foi tomada na última segunda-feira (22) em resposta a uma Ação Civil Pública ingressada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A prefeita recorreu da decisão e o recurso dela foi julgado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves. O processo continua correndo na comarca de São José até a decisão final do juiz. Mesmo depois disso, as partes ainda podem recorrer.

A revogação foi direcionada apenas à prefeita, sob alegação de que "A sentença que afasta de suas funções o titular de mandato eletivo implica a cassação da vontade popular por quem não tem competência para esse efeito". No entanto, o texto reconhece: "Por outro lado, não há como se negar a existência de fortes indícios de nepotismo, com inúmeros familiares da prefeita municipal ocupando cargos na estrutura administrativa do Município". Os parentes da prefeita que ocupavam cargos na administração pública -- seis secretários e sete servidores -- vão permanecer afastados. Entre eles estão o marido, filha, genro e sobrinhos da prefeita.

Entenda o caso

Na ação inicial, de autoria do promotor de Justiça Marcelo Greenhalgh, está a alegação de que a prefeita "tornou a coisa pública praticamente um negócio de família, o que se afigura inadmissível perante o estado Democrático de Direito que vigora no País". De acordo com o texto, 13 pessoas com grau de parentesco de até 3º grau com a prefeita estavam ocupando indevidamente cargos e funções no município. Também havia uma pessoa ligada ao secretário de Obras, Fernando Rosa.

Os seis secretários municipais alvos da investigação são o de Governo, João Marcolino Gomes Júnior (marido da prefeita); do Meio Ambiente, André Dahoui (companheiro da sobrinha da prefeita); do Município, Cristiano José Ximenes (genro da prefeita); de Turismo, Thomaz Dantas Buarque Pinheiro (sobrinho da prefeita); de Assistência Social e presidente do Conselho Municipal de Direitos, Wagner Germiniano (genro do irmão da prefeita); e da Juventude, Sahra Buarque Gomes (filha da prefeita).

Há ainda o gestor da Previdência Municipal, Luiz Antônio Trigueiro da Costa (casado com a sobrinha da prefeita); a servidora do município não concursada Norma Nascimento Buarque (irmã da prefeita); médica do município não concursada Paloma Buarque Gomes (filha da prefeita); coordenadora do Programa de Saúde da Família, Lívia Renata Rodrigues Alves (companheira do secretário de obras Fernando Rosa); diretora de unidade Raíssa Alessandra Buarque Pessoa (sobrinha da prefeita); servidora da prefeitura não concursada Luziara Reis Buarque (cunhada da prefeita); e o agente de combate às endemias Bekson Bosco Santos de Melo (sobrinho da prefeita).

Na decisão, o juiz Sander Fítney Brandão de Menezes Correia disse que não achava "razoável" João Marcolino, marido da prefeita, ocupar o cargo de secretário sem violar diversos princípios constitucionais, como o da moralidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e isonomia. Marcolino deixou de concorrer às eleições por força da lei Ficha Limpa.

O promotor ainda destacou na ação que a causa principal para requerer o afastamento da prefeita foi o nepotismo, no entanto, apontou que havia diversos indícios de irregularidades e desvios de verba pública extremamente graves. Atendendo ao pedido da promotoria, o juiz determinou a realização de uma auditoria especial imediata pelo Tribunal de Contas do Estado na Prefeitura.

Assunto: Suspensa liminar que determinava afastamento da prefeita de São José	
Veículo: GIPE	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Veja o que funciona e o que fecha no feriado de final de ano no Recife

Comércio tem horário alterado; repartições abrem com expediente reduzido.
Unidades de saúde e Poder Judiciário funcionam em esquema de plantão.

Judiciário

Durante o recesso forense, que vai até 6 de janeiro, os órgãos do Poder Judiciário funcionam em esquema de plantão. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem plantão judiciário das 13h às 17h, até o dia 6. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) tem plantão das 13h às 18h até 6 de janeiro, exceto nos dias 31 de dezembro e 1º de janeiro, quando não haverá expediente.

Assunto: Menção ao Juizado instalado no Aeroporto pelo TJPE	
Veículo: folhape.com	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



CNJ esclarece direitos de usuários de aeroportos em todo o País

Problemas relacionados aos direitos dos consumidores de companhias aéreas podem ser resolvidos nos juizados especiais que alguns tribunais mantêm nos aeroportos

Com o maior movimento nos aeroportos do país devido às férias escolares e festas de fim de ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou nesta sexta-feira (26) nota com informações que podem ajudar os viajantes a lidar com contratemplos comuns nos momentos de partida e de chegada das viagens. O CNJ lembra que problemas relacionados aos direitos dos consumidores de companhias aéreas podem ser resolvidos nos juizados especiais que alguns tribunais mantêm nos aeroportos.

De acordo com o CNJ, o atendimento no Juizado Especial é gratuito e tem por objetivo solucionar questões que envolvam valores até 20 salários mínimos, sem a necessidade de advogado. Entre os problemas a serem resolvidos por esses tribunais estão os de atrasos de voos, overbooking e extravio de bagagem.

A partir da primeira hora de atraso do voo contratado, as empresas têm de dar condições para que os passageiros se comuniquem por meio de internet ou por telefone. Quando o atraso chega a duas horas, a companhia aérea deve proporcionar ao passageiro alimentação adequada, proporcional ao tempo de espera até o embarque.

Caso o atraso supere quatro horas, o passageiro pode requerer acomodação em local adequado – segundo o CNJ, isso corresponde a um “espaço interno do aeroporto ou ambiente externo em condições satisfatórias para aguardar acomodação” – ou hospedagem e transporte ao local da acomodação.

Cada juizado tem equipe de funcionários e conciliadores sob a coordenação de um juiz, que tentará solucionar os conflitos por meio de acordo entre os viajantes e as companhias aéreas ou órgãos do governo, informou o CNJ. Havendo conciliação, o processo é encaminhado e redistribuído ao Juizado Especial Cível da comarca de residência do passageiro para prosseguimento e julgamento.

Ainda segundo a nota do CNJ, é aconselhável que, em um primeiro momento, o consumidor se dirija à empresa aérea contratada para reivindicar seus direitos. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também recebe reclamações contra empresas aéreas, que podem resultar em sanções administrativas, caso seja constatado o descumprimento de normas da aviação civil.

Indenizações por danos morais ou materiais podem ser reivindicadas nos órgãos de defesa do consumidor, bem como por meio de juizados especiais cíveis. Nesses casos, lembra o CNJ, é importante guardar o comprovante do cartão de embarque, comprovantes de gastos (alimentação, transporte, hospedagem e comunicação) ou documentos relacionados à atividade profissional que seria cumprida no destino.

Confira abaixo a localização e os contatos dos juizados dos aeroportos:

Bahia

Aeroporto Internacional de Salvador
Local: Saguão de Desembarque – Térreo
Horário: 7h às 19h
Telefone: (71) 3365-4468

Distrito Federal

Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília
Local: próximo aos estandes de venda de passagens aéreas, no 1º andar.
Horário: todos os dias, das 6h a 0h.
Telefone: (61) 3365-1720

Mato Grosso

Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá
Local: térreo, ao lado da casa de câmbio.
Horário: Segunda a sexta, das 8h às 19h.
Telefone: (65) 9239-3315

Minas Gerais

Aeroporto de Confins
Local: Setor Comercial, sala 11, Ala Internacional do Aeroporto.
Horário: Todos os dias, das 7h às 18h.
Telefone: (31) 3689-2802

Pernambuco

Aeroporto Internacional do Recife / Guararapes - Gilberto Freyre
Local: 1º andar, Ala Sul (próximo ao check-in sul)
Horário: Funcionamento: de domingo a domingo, das 7h às 19h
Telefone: (81) 3181-9139

Rio de Janeiro

Aeroporto Internacional Tom Jobim / Galeão
Local: 3º andar, em frente ao check-in da TAM internacional.
Horário: Todos os dias, 24 horas.
Telefone: (21) 3353-2992

Aeroporto Santos Dumont

Local: prédio de embarque, em sala situada próximo à área de check-in e ao posto médico.
Horário: todos os dias, das 6h às 22h.
Telefone: (21) 3814-7763

Rio Grande do Norte

Aeroporto Internacional de Natal / São Gonçalo do Amarante
Local: subsolo do aeroporto.

Horário: todos os dias, das 10h às 21h.
Telefone: (84) 3343-6287

São Paulo

Aeroporto Internacional de Guarulhos / Cumbica

Local: Terminal 1, Asa B, no corredor atrás dos balcões de check-in das empresas aéreas e ao lado do posto médico.

Horários: De segunda a sexta, das 11h às 22h.

Sábados, domingos e feriados das 15h às 22h.

Telefone: (11) 2445-4728

Aeroporto de Congonhas

Local: mezanino do saguão principal, ao lado do posto dos Correios.

Horários: de segunda a sexta, das 10h às 19h.

Sábados, domingos e feriados das 14h às 19h.

Telefone: (11) 5090-9801/ 9802/ 9803

Assunto: TJPE funciona em regime de plantão até 1º de janeiro de 2015	
Veículo: folhape	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



TJPE funciona em regime de plantão até 1º de janeiro de 2015

Plantão judiciário atenderá as demandas urgentes de caráter cível e criminal
23/12/2014 09:15 - Do FolhaPE, com informações da assessoria

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai atuar em regime de plantão desta quarta-feira (24) até 1º de janeiro de 2015 devido ao período de recesso forense. O plantão judiciário atenderá as demandas urgentes de caráter cível e criminal. As atividades do TJPE e o expediente em todas as unidades judiciárias do Estado voltam ao normal no dia 2 de janeiro de 2015.

Nesta terça-feira (23), o expediente em todas as unidades judiciais começa se encerra às 13h. Das 13h às 17h, haverá plantão judiciário na capital e nas demais sedes regionais. Durante o recesso, os plantões de 1º Grau serão realizados no Recife e em mais 13 unidades do interior. Na capital, o plantão de 1º Grau será realizado no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra. Já os plantões de 2º Grau acontecerão no Palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio. O funcionamento ocorrerá das 13h às 17h.

Durante o recesso, também funcionarão em esquema especial os fóruns de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Nazaré da Mata, Limoeiro, Vitória de Santo Antão, Palmares, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Afogados da Ingazeira, Ouricuri e Petrolina. O horário de atendimento também é das 13h às 17h. Endereços, telefones e a lista de municípios abrangidos por sede de plantão estão disponíveis [no site](#).

Assunto: Aniversário de Desembargador	
Veículo: folhape.com	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção: Persona/Roberta Jungmann



CULTURA



PERSONA
ROBERTA

JUNGMANN

PROGRAMME-SE

Vamos cantar parabéns e celebrar a vida de Sérgio Moury Fernandes, das irmãs Daniela e Danuza Gusmão, Gabriela Almeida, Jaqueline Barros, Estevão Leal, Mário Neves Baptista, Paulo Didier Maciel, Vanessa Vieira, Ricardo Maranhão, Ivan Vieira Lopes, Allan Souza e o desembargador Eurico Barros.

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: folhape.com	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Percurso a pé até o Palácio do Governo

Intenção do novo governador é realizar ato discreto, em respeito a Eduardo Campos

Em respeito à morte do ex-líder do PSB, Eduardo Campos, o governador eleito, Paulo Câmara (PSB), tomará posse em ato simples, ao lado do seu vice, Raul Henry (PMDB). A solenidade terá início às 15h desta quinta-feira (1º), na Assembleia Legislativa. De acordo com o protocolo, o futuro chefe do Executivo estadual entregará a declaração de bens, assinará termo de compromisso com as Constituições do Brasil e Pernambuco e tomará posse. Em seguida, o presidente da Casa de Joaquim Nabuco, Guilherme Uchoa (PDT), discursará e, depois, Paulo Câmara fará o seu primeiro pronunciamento oficial como governador.

A cerimônia deve durar em torno de uma hora. Um telão será instalado para que o público assista o ato. Em seguida, o governador e seu vice, Raul Henry, seguirão a pé pela rua da Aurora, ponte Princesa Isabel até o Palácio do Campo das Princesas, onde o governador João Lyra Neto (PSB) transmitirá o cargo ao sucessor. O socialista dispensou o tradicional Lincoln Continental 1933, utilizado por outros gestores. Ao chegar ao local, Paulo Câmara fará a revista da tropa da Polícia Militar e fará visita ao Palácio, acompanhado por João Lyra Neto. Após conversa no gabinete, ambos irão para a entrada do Palácio do Campo das Princesas, onde será realizado o ato de posse.

Uma mesa composta por autoridades e ex-governadores será formada no palco para acompanhar a cerimônia. Confirmaram presença os presidentes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Valdecir Pascoal; do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves; do Tribunal Regional Eleitoral, Fausto Campo, e o procurador-geral do Ministério Público de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon. A chefe do cerimonial, Ângela Mota, lerá o termo de transmissão do cargo. Em seguida, Paulo Câmara levará João Lyra Neto até o carro e voltará para o palco, onde discursará. Não há previsão de discurso de Lyra. Após o encerramento, Câmara seguirá para o jardim do Palácio das Princesas, onde receberá os cumprimentos dos convidados.

Assunto: CNJ autoriza posse do juiz Paulo Victor no TRE-PE	
Veículo: JConline	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

JUSTIÇA

CNJ autoriza posse do juiz Paulo Victor no TRE-PE

Fabiano Silveira, conselheiro do CNJ, revogou a liminar que suspendia a posse do juiz e confirmou a legitimidade do processo eleitoral do TJPE

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) realizou nesta terça-feira (16), após a revogação da liminar do Conselho Nacional de Justiça que impedia o ato, a posse do juiz de direito Paulo Victor Vasconcelos de Almeida, um dos elegíveis para o cargo de corregedor. A legitimidade da eleição ocorrida no TJPE foi comprovada por uma gravação em vídeo da sessão ordinária.

O TJPE encaminhou uma petição ao Conselho, no dia 5 deste mês, assinada por 33 juízes, solicitando a revogação da liminar emitida pelo conselheiro relator Fabiano Silveira. Após análise do vídeo enviado em anexo, Silveira constatou que a alegação de que a recontagem dos votos foi realizada sem a necessária fiscalização não se sustentava. Isso porque, dois desembargadores foram convidados a acompanhar o procedimento.

“O vídeo também demonstra a postura transparente adotada pelo Presidente ao longo da sessão, sempre cioso de levar a decisão final ao Colegiado, da forma mais democrática possível. E, após intenso debate, que durou mais de 25 minutos, o Plenário ponderou, por 27 votos contra 16, que o voto dirigido a “Aubri” fosse computado para o juiz Aubry de Lima Barros Filho”, diz Silveira no despacho de revogação.

De acordo com o relator, o presidente do TJPE, Frederico Neves, chegou a insistir para que o Desembargador Bartolomeu Bueno, um dos requerentes no pedido de impugnação, acompanhasse a leitura dos votos, mas o magistrado teria permanecido em seu lugar. Apesar disso, coube ao desembargador José Fernandes de Lemos fiscalizar a recontagem dos votos, que elegeram Paulo Victor Vasconcelos como membro do TRE-PE. O juiz será um dos candidatos ao cargo de corregedor do TRE-PE. A eleição será realizada na próxima quinta-feira (18), durante a sessão plenária.

Assunto: TJPE abre concurso com 50 vagas para juiz substituto e salário de R\$ 19,3 mil	
Veículo: JConline	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

SELEÇÃO

TJPE abre concurso com 50 vagas para juiz substituto e salário de R\$ 19,3 mil

Inscrição custa R\$ 193,83 e poderá ser feita de 19 de janeiro a 19 de fevereiro. A seleção terá quatro etapas e a prova objetiva será realizada no dia 29 de março



Prédio da instituição fica no bairro de Santo Antônio, área central do Recife
Foto: Google Street View/Reprodução

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) publicou no Diário de Justiça Eletrônico desta sexta-feira (19/12) edital de novo concurso com 50 vagas para juízes substitutos. O salário oferecido é de R\$ 19.383,88. Haverá ainda formação de cadastro de reserva para provimento de vagas que possam surgir ao longo do prazo de validade do certame, que é de dois anos, prorrogável uma única vez por igual período.

Dos doze requisitos para concorrer a uma das vagas, é necessário ter concluído o curso de bacharelado em Direito e ter exercido atividade jurídica por, no mínimo, três anos.

A seleção terá cinco etapas: prova objetiva seletiva (1ª), prova escrita (2ª), inscrição definitiva (3ª), prova oral (4ª) e apresentação de títulos (5ª). A primeira será realizada no dia 29 de março.

A inscrição terá taxa de R\$ 193,83 e poderá ser feita de 19 de janeiro a 19 de fevereiro de 2015, no [site da Fundação Carlos Chagas](#), organizadora do certame.

Segundo nota do órgão, o concurso "foi lançado devido à carência de magistrados no Estado, tendo sido um dos compromissos assumidos pelo atual presidente da Corte Estadual, desembargador Frederico Neves, quando da sua posse, em fevereiro de 2014. Atualmente, há 200 cargos vagos no Estado".

Ainda no texto, o TJPE diz que, "segundo a presidente da Comissão do Concurso, desembargadora Daisy de Andrade Costa Pereira, a expectativa é de que as provas orais terminem no dia 20 dezembro e o resultado final seja publicado em janeiro de 2016".

Assunto: Menos de metade dos tribunais atingem nível satisfatório em tecnologia	
Veículo: Conjur	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



JUSTIÇA MODERNA

Menos de metade dos tribunais atingem nível satisfatório em tecnologia

Nos últimos quatro anos, a área de tecnologia dos 91 tribunais do país deu um salto considerável, mas ainda se mantém abaixo do nível satisfatório em mais da metade das cortes. Em 2010, 15,38% detinham uma estrutura considerada satisfatória. Neste ano, o índice aumentou para 42,86%.

Os dados constam nos Relatórios de Portes e de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais do Poder Judiciário, produzidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo o levantamento, nos tribunais regionais do trabalho a modernização foi maior. O nível de satisfação nesse setor passou de 16,67% para 70,83%.

Resultados

O levantamento aponta que o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho estão em nível aprimorado em relação ao porte. Com relação à Justiça dos estados, nove tribunais seguem o mesmo padrão. São eles: o TJ-PE, TJ-MT, TJ-RJ, TJ-SC, TJ-DF, TJ-RS, TJ-PA, TJ-BA e TJ-PR.

No que se refere à Justiça Federal, três tribunais regionais federais atingiram o nível aprimorado. São eles: o TRF-3, TRF-4 e TRF-2. Quanto aos TRTs, os que obtiveram o melhor índice foram o TRT-6 (PE), TRT-17 (ES), TRT-23 (MT), TRT-9 (PR) e TRT-3 (MG). Na Justiça Eleitoral, os melhores portes foram identificados nos TRE-ES, TRE-TO e TRE-MG. E na Justiça Militar Estadual, o TJM do Rio Grande do Sul foi o único a atingir o porte satisfatório.

A pesquisa é feita desde 2010, por meio de formulários enviados pelo CNJ aos tribunais do país, com mais de 500 perguntas divididas em cinco áreas. O objetivo é apurar o porte do tribunal em relação à tecnologia, força de trabalho, automação, governança de TI e capacitação.

A elaboração dos questionários de governança de TI é decorrente da Resolução 90 do CNJ, que institui o nivelamento de tecnologia de informação entre os tribunais do Poder Judiciário. Outra norma que baliza os questionários é a Resolução 99 do CNJ, que institui o planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário.

Segundo Marcelo Lauriano Lúcio, diretor do Departamento de TI do CNJ, os relatórios demonstram como os tribunais estão atendendo os critérios estabelecidos na resolução.

“Podemos observar onde os tribunais ou segmentos da justiça precisam melhor investir em tecnologia. Por exemplo: ao identificar que a capacitação de servidores foi um item que não foi colocado em evidência, o CNJ consegue identificar qual deve ser a atuação com os tribunais para fazer com que cheguem a patamares desejados pela resolução”, destacou Lauriano. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Assunto: Maioria dos TJs suspendem prazos em janeiro e dão folga a advogados	
Veículo: Conjur	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



FÉRIAS DA ADVOCACIA

Maioria dos TJs suspendem prazos em janeiro e dão folga a advogados

A maioria dos tribunais de Justiça estaduais suspenderam os prazos em janeiro, atendendo ao pedido da advocacia para dar uma espécie de férias aos advogados. O cenário é bem diferente da Justiça Federal, na qual [somente](#) o Tribunal Regional Federal da 4ª Região irá suspender os prazos.

Na Justiça Estadual, 14 tribunais decidiram dar 30 dias de folga à advocacia, suspendendo os prazos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. Já outros tribunais decidiram um prazo um pouco menor, variando entre os dia 16 e 19 de janeiro.

De acordo com as informações disponibilizadas nos sites dos TJs, apenas seis tribunais não suspenderam os prazos: Amazonas, Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe.

Suspensão de prazos na Justiça Estadual

TJ-AC	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolução 186/2014
TJ-AL	20 de dezembro a 16 de janeiro
TJ-AP	20 de dezembro a 16 de janeiro - Resolução 946/2014
TJ-AM	20 de dezembro a 6 de janeiro
TJ-BA	20 de dezembro a 20 de janeiro
TJ-CE	20 de dezembro a 6 de janeiro
TJ-DF	20 de dezembro a 19 de janeiro - Resolução 12/2014
TJ-ES	20 de dezembro a 18 de janeiro - Resolução 50/2014
TJ-GO	20 de dezembro a 6 de janeiro
TJ-MA	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolução 32/2013
TJ-MT	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolu-

Suspensão de prazos na Justiça Estadual

	ção 16/2014
TJ-MS	20 de dezembro a 20 de janeiro - Provi- mento 330/2014
TJ-MG	20 de dezembro a 20 de janeiro - Portaria 387/2014
TJ-PA	20 de dezembro a 20 de janeiro - Provi- mento 3374/2014
TJ-PB	20 de dezembro a 20 de janeiro
TJ-PR	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolu- ção 115/2014
TJ-PE	24 de dezembro a 1º de janeiro
TJ-PI	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolu- ção 30/2014
TJ-RJ	20 de dezembro a 6 de janeiro
TJ-RN	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolu- ção 14/2014
TJ-RS	20 de dezembro a 20 de janeiro - Ato 08/2014
TJ-RO	20 de dezembro a 16 de janeiro - Resolu- ção 005/2014
TJ-RR	20 de dezembro a 20 de janeiro
TJ-SC	20 de dezembro a 18 de janeiro - Resolu- ção 21/2014
TJ-SP	20 de dezembro a 18 de janeiro - Provi- mento 2.216/2014
TJ-SE	20 de dezembro a 6 de janeiro
TJ-TO	20 de dezembro a 20 de janeiro - Resolu- ção 23/2014

**Notícia alterada às 10h05 do dia 24/12 para correção de informações sobre o TJ-PE.*

Assunto: Mais de 40% dos tribunais do país atinge nível satisfatório de tecnologia	
Veículo: CNJ	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Mais de 40% dos tribunais do país atinge nível satisfatório de tecnologia

Nos últimos quatro anos, o porte da área de tecnologia dos 91 tribunais do país evoluiu consideravelmente: em 2010, apenas 15,38% possuíam um nível considerado satisfatório, ao passo que, em 2014, esse índice é de 42,86%. Em alguns ramos da Justiça o salto em tecnologia foi maior ainda, como por exemplo, dentre os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), em que o percentual de unidades com nível satisfatório cresceu, no período, de 16,67% para 70,83%. Os dados foram revelados pelos “Relatórios de Portes e de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais do Poder Judiciário”, realizado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e servem de subsídios para as ações do órgão na área de informática.

A pesquisa é realizada desde 2010, por meio de respostas de 91 tribunais do país, inclusive os tribunais superiores, a um questionário com mais de 500 perguntas divididas em cinco áreas consideradas para definir o porte do tribunal: porte em relação à tecnologia, força de trabalho, automação, governança de TI e capacitação. No item de tecnologia, por exemplo, são avaliadas questões como servidores, renovação do parque de microcomputadores e velocidade de conexão à Internet. Cada item equivale a 20% da avaliação e a soma da pontuação obtida nos cinco itens indica se o tribunal está em nível crítico, baixo, médio, satisfatório, aprimorado e excelente.

A elaboração dos questionários de governança de TI é decorrente da [Resolução 90](#) do CNJ, que institui o nivelamento de tecnologia de informação entre os tribunais do poder Judiciário. Outra norma que baliza os questionários é a [Resolução 99](#) do CNJ, que institui o planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário. “Os relatórios demonstram como os tribunais estão atendendo os critérios estabelecidos na resolução; trata-se de um cenário do judiciário do ponto de vista da tecnologia”, diz Marcelo Lauriano Lúcio, diretor do DTI do CNJ.


De acordo com a pesquisa de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) – foram classificados com nível aprimorado em relação ao porte. Nove Tribunais de Justiça obtiveram o nível aprimorado, dos seguintes Estados: TJPE, TJMT, TJRJ, TJSC, TJDF, TJRS, TJPA, TJBA e TJPR. Em relação à Justiça Federal, três Tribunais Regionais Federais (TRFs) – o TRF 3, TRF 4 e TRF2 – atingiram o nível aprimorado e, quanto aos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os que obtiveram o melhor índice são o TRT6-PE, TRT17-ES, TRT23-MT, TRT9-PR e TRT3-MG. Na Justiça Eleitoral, os melhores portes foram do TRE-ES, TRE-TO e TRE-MG e, na Justiça Militar Estadual, o TJMRS foi o único a atingir o porte satisfatório.

A pesquisa auxilia o CNJ e planejar ações como planejar a quantidade de equipamentos de informática ou investimentos de infraestrutura que serão necessários para suprir as necessidades dos tribunais, como a compra de desktops, por exemplo. Além disso, os próprios tribunais podem

utilizar o diagnóstico para planejar suas ações. “Podemos observar onde os tribunais ou segmentos da justiça precisam melhor investir em tecnologia como, por exemplo, identificar que a capacitação de servidores foi um item que não foi colocado em evidência, e o CNJ consegue identificar qual deve ser a atuação com os tribunais para fazer com que cheguem a patamares desejados pela resolução”, diz Lauriano.

Acesse [aqui](#) o relatório completo (*reproduzido aqui apenas as páginas sobre os TJs*):

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Porte dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação - 2014

Tabela de Classificação dos Portes Tribunais de Justiça

	Peso: 20%	Peso: 20%	Peso: 20%	Peso: 20%	Peso: 20%			
	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM TECNOLOGIA	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO NA FORÇA DE TRABALHO TOTAL MÍNIMA DE TIC	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM AUTOMAÇÃO	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM GOVERNANÇA DE TI	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM CAPACITAÇÃO	Classificação	Global	
1	TJPE	16,92%	20,00%	18,71%	20,00%	17,92%	Aprimorado	93,55%
2	TJMT	16,28%	13,33%	18,71%	20,00%	20,00%	Aprimorado	88,33%
3	TJRJ	18,33%	13,33%	20,00%	20,00%	15,42%	Aprimorado	87,08%
4	TJSC	18,33%	20,00%	17,42%	18,20%	12,71%	Aprimorado	86,66%
5	TJDFT	14,62%	20,00%	18,71%	18,92%	14,17%	Aprimorado	86,41%
6	TJRS	17,56%	13,33%	18,71%	20,00%	16,67%	Aprimorado	86,27%
7	TJPA	17,05%	13,33%	16,56%	20,00%	18,75%	Aprimorado	85,69%
8	TJBA	15,77%	13,33%	16,56%	20,00%	18,96%	Aprimorado	84,62%
9	TJPR	18,08%	20,00%	14,41%	16,40%	13,33%	Aprimorado	82,22%
10	TJSE	15,13%	13,33%	17,42%	18,20%	15,42%	Statisfatório	79,50%
11	TJMS	15,13%	13,33%	18,71%	14,59%	16,67%	Statisfatório	78,43%
12	TJRN	16,92%	6,67%	18,71%	18,20%	17,50%	Statisfatório	78,00%
13	TJRR	17,56%	13,33%	14,41%	16,40%	15,42%	Statisfatório	77,12%
14	TJPB	15,13%	6,67%	18,71%	18,20%	18,33%	Statisfatório	77,04%
15	TJCE	16,15%	6,67%	15,27%	18,20%	17,71%	Statisfatório	74,00%

Tabela de Classificação dos Portes Tribunais de Justiça

16	TJGO	14,87%	6,67%	18,71%	20,00%	12,50%	Statisfatório	72,75%
17	TJMG	17,56%	6,67%	18,71%	13,51%	14,79%	Statisfatório	71,25%
18	TJSP	16,67%	6,67%	18,71%	14,59%	12,71%	Médio	69,35%
19	TJAC	17,31%	6,67%	17,42%	16,40%	11,04%	Médio	68,83%
20	TJMA	17,56%	6,67%	17,42%	13,51%	12,29%	Médio	67,46%
21	TJAL	17,31%	6,67%	15,27%	16,40%	11,25%	Médio	66,89%
22	TJAP	14,23%	6,67%	17,42%	13,87%	13,33%	Médio	65,52%
23	TJAM	13,59%	6,67%	15,27%	15,32%	13,33%	Médio	64,17%
24	TJTO	15,38%	6,67%	17,42%	12,79%	10,00%	Médio	62,26%
25	TJRO	16,92%	6,67%	17,42%	10,99%	9,79%	Médio	61,79%
26	TJPI	16,15%	6,67%	13,12%	11,71%	11,67%	Médio	59,32%
27	TJES	18,72%	6,67%	8,82%	14,59%	10,42%	Médio	59,21%

Métrica de Classificação:
 $(AUT \times 0,20) + (CAP \times 0,20) + (TEC \times 0,20) + (FTIC \times 0,20) + (GOVT \times 0,20) / 100$

Pontuação por Indicador:

Porte dos Tribunais baseado em Automação >> AUT
 Porte dos Tribunais baseado em Capacitação >> CAP
 Porte dos Tribunais baseado em Tecnologia >> TEC
 Porte dos Tribunais baseado na força de trabalho total mínima de TIC >> FTIC
 Porte dos Tribunais baseado em Governança de TI >> GOVT

Nivelamento da Classificação

Acima de 95% >> Excelência
 Entre 80% e 94% >> Aprimorado
 Entre 70% e 79% >> Satisfatório
 Entre 50% e 69% >> Médio
 Entre 30% e 49% >> Baixo
 Abaixo de 29% >> Crítico

Tabela de Desempenho por Porte Tribunais de Justiça

	Peso: 20%		Peso: 20%		Peso: 20%		Peso: 20%		Peso: 20%						
	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM TECNOLOGIA	% Restante a atingir	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO NA FORÇA DE TRABALHO TOTAL MÍNIMA DE TIC	% Restante a atingir	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM AUTOMAÇÃO	% Restante a atingir	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM GOVERNANÇA DE TI	% Restante a atingir	PORTE DOS TRIBUNAIS BASEADO EM CAPACITAÇÃO	% Restante a atingir	Global	Classificação	Restante p/ próxima Classificação	Próxima Classificação	
1	TJPE	16,92%	3,08%	20,00%	0,00%	18,71%	1,29%	20,00%	0,00%	17,92%	2,08%	93,55%	Aprimorado	1,45%	Excelência
2	TJMT	16,28%	3,72%	13,33%	6,67%	18,71%	1,29%	20,00%	0,00%	20,00%	0,00%	88,33%	Aprimorado	6,67%	Excelência
3	TJRJ	18,33%	1,67%	13,33%	6,67%	20,00%	0,00%	20,00%	0,00%	15,42%	4,58%	87,08%	Aprimorado	7,92%	Excelência
4	TJSC	18,33%	1,67%	20,00%	0,00%	17,42%	2,58%	18,20%	1,80%	12,71%	7,29%	86,66%	Aprimorado	8,34%	Excelência
5	TJDF	14,62%	5,38%	20,00%	0,00%	18,71%	1,29%	18,92%	1,08%	14,17%	5,83%	86,41%	Aprimorado	8,59%	Excelência
6	TJRS	17,56%	2,44%	13,33%	6,67%	18,71%	1,29%	20,00%	0,00%	16,67%	3,33%	86,27%	Aprimorado	8,73%	Excelência
7	TJPA	17,05%	2,95%	13,33%	6,67%	16,56%	3,44%	20,00%	0,00%	18,75%	1,25%	85,69%	Aprimorado	9,31%	Excelência
8	TJBA	15,77%	4,23%	13,33%	6,67%	16,56%	3,44%	20,00%	0,00%	18,96%	1,04%	84,62%	Aprimorado	10,38%	Excelência
9	TJPR	18,08%	1,92%	20,00%	0,00%	14,41%	5,59%	16,40%	3,60%	13,33%	6,67%	82,22%	Aprimorado	12,78%	Excelência
10	TJSE	15,13%	4,87%	13,33%	6,67%	17,42%	2,58%	18,20%	1,80%	15,42%	4,58%	79,50%	Statifatório	0,5%	Aprimorado
11	TJMS	15,13%	4,87%	13,33%	6,67%	18,71%	1,29%	14,59%	5,41%	16,67%	3,33%	78,43%	Statifatório	1,57%	Aprimorado
12	TJRN	16,92%	3,08%	6,67%	13,33%	18,71%	1,29%	18,20%	1,80%	17,50%	2,50%	78,00%	Statifatório	2%	Aprimorado
13	TJRR	17,56%	2,44%	13,33%	6,67%	14,41%	5,59%	16,40%	3,60%	15,42%	4,58%	77,12%	Statifatório	2,88%	Aprimorado
14	TJPB	15,13%	4,87%	6,67%	13,33%	18,71%	1,29%	18,20%	1,80%	18,33%	1,67%	77,04%	Statifatório	2,96%	Aprimorado

Tabela de Desempenho por Porte Tribunais de Justiça

15	TJCE	16,15%	3,85%	6,67%	13,33%	15,27%	4,73%	18,20%	1,80%	17,71%	2,29%	74,00%	Statifatório	6%	Aprimorado
16	TJGO	14,87%	5,13%	6,67%	13,33%	18,71%	1,29%	20,00%	0,00%	12,50%	7,50%	72,75%	Statifatório	7,25%	Aprimorado
17	TJMG	17,56%	2,44%	6,67%	13,33%	18,71%	1,29%	13,51%	6,49%	14,79%	5,21%	71,25%	Statifatório	8,75%	Aprimorado
18	TJSP	16,67%	3,33%	6,67%	13,33%	18,71%	1,29%	14,59%	5,41%	12,71%	7,29%	69,35%	Médio	0,65%	Statifatório
19	TJAC	17,31%	2,69%	6,67%	13,33%	17,42%	2,58%	16,40%	3,60%	11,04%	8,96%	68,83%	Médio	1,17%	Statifatório
20	TJMA	17,56%	2,44%	6,67%	13,33%	17,42%	2,58%	13,51%	6,49%	12,29%	7,71%	67,46%	Médio	2,54%	Statifatório
21	TJAL	17,31%	2,69%	6,67%	13,33%	15,27%	4,73%	16,40%	3,60%	11,25%	8,75%	66,89%	Médio	3,11%	Statifatório
22	TJAP	14,23%	5,77%	6,67%	13,33%	17,42%	2,58%	13,87%	6,13%	13,33%	6,67%	65,52%	Médio	4,48%	Statifatório
23	TJAM	13,59%	6,41%	6,67%	13,33%	15,27%	4,73%	15,32%	4,68%	13,33%	6,67%	64,17%	Médio	5,83%	Statifatório
24	TJTO	15,38%	4,62%	6,67%	13,33%	17,42%	2,58%	12,79%	7,21%	10,00%	10,00%	62,26%	Médio	7,74%	Statifatório
25	TJRO	16,92%	3,08%	6,67%	13,33%	17,42%	2,58%	10,99%	9,01%	9,79%	10,21%	61,79%	Médio	8,21%	Statifatório
26	TJPI	16,15%	3,85%	6,67%	13,33%	13,12%	6,88%	11,71%	8,29%	11,67%	8,33%	59,32%	Médio	10,68%	Statifatório
27	TJES	18,72%	1,28%	6,67%	13,33%	8,82%	11,18%	14,59%	5,41%	10,42%	9,58%	59,21%	Médio	10,79%	Statifatório

Métrica de Classificação:
 $(AUT \times 0,20) + (CAP \times 0,20) + (TEC \times 0,20) + (FTIC \times 0,20) + (GOVT \times 0,20) / 100$

Pontuação por Indicador:

Porte dos Tribunais baseado em Automação >> AUT

Porte dos Tribunais baseado em Capacitação >> CAP

Porte dos Tribunais baseado em Tecnologia >> TEC

Porte dos Tribunais baseado na força de trabalho total mínima de TIC >> FTIC

Porte dos Tribunais baseado em Governança de TI >> GOVT

Nivelamento da Classificação

Acima de 95% >> Excelência

Entre 80% e 94% >> Aprimorado

Entre 70% e 79% >> Satisfatório

Entre 50% e 69% >> Médio

Entre 30% e 49% >> Baixo

Abaixo de 29% >> Crítico

Assunto: Participação do presidente do TJPE na posse do governador de PE	
Veículo: NE10	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO

UM DISCURSO DE **GRATIDÃO**

Paulo Câmara ressalta gestão de continuidade e visão estratégica do governo; assista ao discurso

Assunto: Confira o que estará funcionando neste dia 1º na Grande Recife	
Veículo: NE10	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Serviço

Confira o que estará funcionando neste dia 1º na Grande Recife

JUSTIÇA - O tribunal atua em regime especial até o dia 1º de janeiro, das 13h às 17h. Os plantões de 1º Grau serão no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, área central do Recife. Os de 2º Grau serão no Palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio, Centro da cidade. Também funcionam em esquema especial os demais fóruns.

Assunto: Destaque ao Juizado no Aeroporto do Recife, instalado pelo TJPE	
Veículo: NE10	Data: 02/01/2015
Editoria:	Seção:



Feriados

Aeroportos terão juizados para resolver conflitos entre passageiros e empresas

Da Agência Brasil



No Recife, o Juizado Especial Cível do aeroporto internacional Guararapes foi instalado para atuar no período da Copa do Mundo e atualmente funciona em caráter permanente Foto: Agência Brasil

Com o crescimento do movimento de passageiro nos aeroportos do país no final do ano devido aos feriados de Natal e réveillon, além do período de férias escolares, aumenta também o número de conflitos entre viajantes e empresas aéreas. Este ano, para solucionar de forma mais rápida eventuais problemas, tribunais de Justiça de vários estados decidiram montar esquema especial de funcionamento dos juizados especiais nos aeroportos, apesar do recesso forense.

Esses juizados, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tentarão fazer a conciliação entre passageiros e representantes das companhias aéreas em diversas situações, como extravio de bagagem ou mudança de horário de voos. O atendimento é gratuito e estará restrito a questões que envolvam valores até 20 salários mínimos – cerca de R\$ 15 mil. Segundo o CNJ, o consumidor não precisa de um advogado para ser atendido no juizado e, caso não haja conciliação, o processo será encaminhado ao Juizado Especial Cível.

No Recife, o Juizado Especial Cível do aeroporto internacional Guararapes foi instalado para atuar no período da Copa do Mundo e atualmente funciona em caráter permanente. A unidade funcionará durante todos os dias da semana, no primeiro andar do terminal, próximo ao check-in sul e ao guichê da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), das 7h às 19h.

No maior aeroporto do país, Guarulhos, em São Paulo, o juizado especial ficará aberto das 9h às 23h. Já no aeroporto de Congonhas, segundo mais movimentado, o órgão funcionará das 9h às 22h.

Já nos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco os juizados especiais ficarão abertos, pela primeira vez, durante o recesso do Judiciário. No aeroporto internacional Aluizio Alves, na capital potiguar, o órgão atenderá o público das 10h às 22h. O posto estará fechado nos dias 25 de dezembro e 1º de janeiro e funcionará em horário reduzido hoje (24) e no dia 31 de dezembro (das 10h às 16h).

No Rio de Janeiro, o juizado especial do aeroporto internacional do Galeão funcionará 24 horas todos os dias, na área de embarque internacional do Terminal 2, próximo às instalações da companhia aérea TAM. No Santos Dumont, a unidade manterá o atendimento das 6h às 22h, todos os dias.

No Aeroporto de Brasília o juizado funcionará diariamente, das 6h à meia noite, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Já em Minas Gerais, no aeroporto de Confins, o posto funcionará todos os dias, das 7h às 19h.